

O Turismo Cultural no Desenvolvimento de Espaços Rurais: o caso das *Terras do Demo*

Ana Lopes

Escola Superior de Educação comunicação e Desporto

Instituto Politécnico da Guarda

anaventura@ipg.pt

Emanuel de Castro Rodrigues

Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto

Instituto Politécnico da Guarda

emanuelcastro@ipg.pt

Resumo

A crescente valorização dos elementos patrimoniais tem assumido um destaque particular nas últimas décadas, com especial relevo nas áreas rurais. Confrontadas com processos de descaracterização, justificados, na sua maioria, por ausência de dinamismo económico e consequentemente por perdas significativas de população, carecem de estratégias concertadas de desenvolvimento.

A sua concepção implica um conhecimento aprofundado do potencial endógeno, destes territórios, para que seja possível perceber até que ponto os elementos antropogénicos da paisagem e o seu substrato natural podem ser entendidos e valorizados patrimonialmente, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento local sustentável mais amplo que o mero aproveitamento turístico.

1. Aspectos Introdutórios

Actualmente assistimos a um conjunto de mudanças económicas, sociais e demográficas significativas, em diversos territórios, com maiores repercussões negativas nos espaços rurais. Presentemente, estes espaços caracterizam-se por apresentarem elevados índices

de desindustrialização, de desertificação física e humana, para além de uma forte perda de competitividade face aos espaços urbanos contíguos, impondo-se de uma forma premente estratégias de desenvolvimento que permitam alterar este quadro de regressão.

Perante as mudanças ocorridas, é necessário revalorizar e refuncionalizar as especificidades territoriais, materializadas nos seus aspectos patrimoniais, materiais e imateriais, que são no fundo a identidade das populações e, consequentemente, dos territórios que estas ocupam.

O passado dos territórios, a sua história, as identidades, as imagens, a comunicação e a informação são dimensões imateriais actualmente muito valorizadas e consideradas como recursos fundamentais para enfrentar os desafios de modo a contribuir para a sua afirmação e emancipação (CIDRAIS, 1998). A sua competitividade resulta da capacidade de, a partir dos seus recursos endógenos, retirar benefícios que passam obrigatoriamente pela sua promoção e divulgação.

São os valores materiais ou imateriais, resultantes da interacção entre os grupos humanos e o espaço, e o próprio conceito ecológico da paisagem, que nos conduzem à dicotomia que pretendemos apresentar neste trabalho: a existência de Patrimónios fruto das diferentes interacções do Homem com o Meio, ou de um Património intrínseco aos diferentes Grupos Humanos, comum da Humanidade, que urge preservar pelas mais variadas razões.

Cada vez mais, o Património é visto como um factor de desenvolvimento e só desta forma se podem explicar as novas concepções patrimoniais, nomeadamente a Nova Museologia, directamente relacionada com o conceito ecológico do Património e consequentemente, neste caso, com os “modos de vida rurais”.

Neste sentido, património e turismo são duas realidades que convergem no quotidiano de vários actores entre os quais se incluem os turistas, as populações dos possíveis destinos, os agentes económicos, as associações locais e a administração pública local, responsável pela elaboração e veiculação de políticas relacionadas com a necessidade de preservar a autenticidade, festas, tradições e demais elementos culturais que, mediante um processo de valorização e activação, se transformam em recursos político-patrimoniais (ANICO, 1998).

O turismo enquanto actividade indutora da economia tem sido adoptado como uma estratégia de desenvolvimento económico e social pelos mais variados argumentos,

tanto mais se os espaços rurais onde se pretende implementar esta prática forem dotados de mais-valias em termos patrimoniais, aliados a uma imagem de marca subjacente a estes mesmos espaços.

Os territórios rurais podem beneficiar dos seus recursos endógenos que lhe possibilitam vantagens competitivas assentes na oferta de produtos e experiências diferentes, com repercussões ao nível dos territórios e das novas oportunidades de desenvolvimento territorial. Em territórios onde o turismo é dominado pela existência de elementos patrimoniais, o impacto no tecido económico pode ser profundo. Em alguns territórios rurais da Europa Central e Ocidental têm sido desenvolvidos, recentemente, planos conducentes ao desenvolvimento do turismo patrimonial como forma de promover o desenvolvimento integrado desses mesmos territórios (BOYD, 2006).

Assim, o presente artigo tem como objectivo aplicar esta discussão a uma área geográfica concreta, delimitada pela obra Aquiliniana *Terras do Demo*. Desta forma, pretendemos caracterizar o território numa perspectiva geográfica contemplando os seus aspectos físicos e humanos, de modo a traçar um quadro da realidade da área em estudo, destacando as principais fragilidades e potenciais recursos que poderão ser revitalizados e aproveitados numa óptica turística.

2. Área de Estudo

Terras do Demo, é título do romance escrito por Aquilino Ribeiro em 1919. Esta designação não mais deixou de estar ligada a uma área geográfica que se localiza na Beira Interior portuguesa. Podemos dizer que actualmente corresponde aos concelhos de Vila Nova de Paiva, Moimenta da Beira e Aguiar da Beira, e parte dos concelhos de Sernancelhe e Sátão. Segundo MEDEIROS (1981), os sectores do Alto Vouga e do Alto Paiva, correspondem bem a este quadro. No entanto, para que seja traçado um quadro geográfico da área haverá a necessidade de tomar como referência a base administrativa, antes de quaisquer outros elementos. Assim, para o presente trabalho, e dada a contiguidade geográfica dos territórios, tomaremos a totalidade dos concelhos de

Vila Nova de Paiva, Aguiar da Beira, Sátão, Moimenta da Beira, Penedono e Sernancelhe (Figura 1).

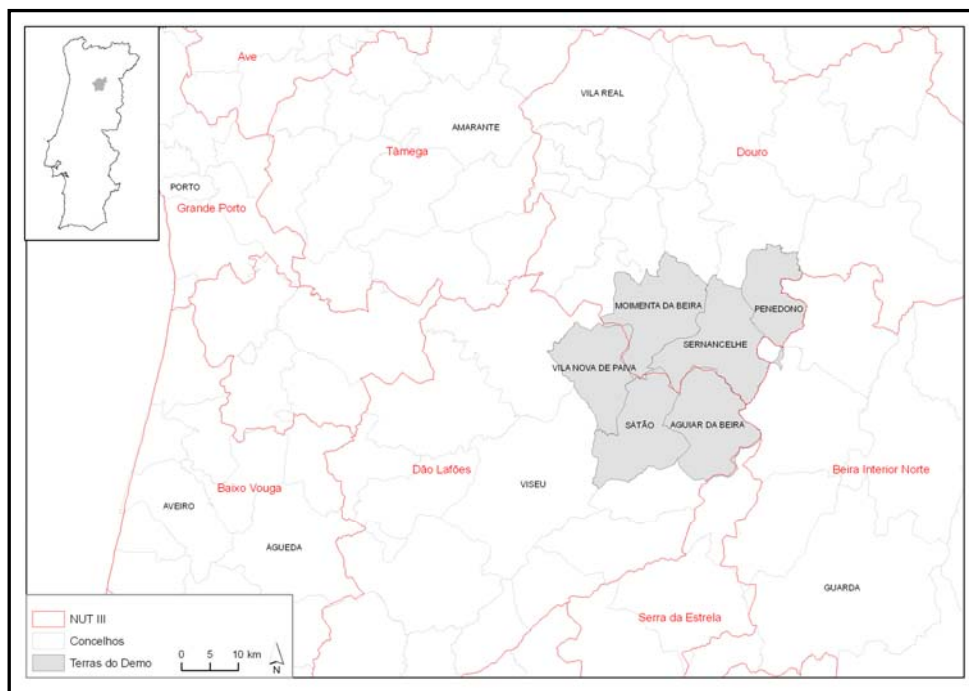


Figura 1 – Enquadramento Geográfico

Fonte – Carta Administrativa Oficial de Portugal, V.6

Os concelhos considerados encontram-se repartidos por duas sub-regiões distintas embora geograficamente contíguas: Dão-Lafões (Vila Nova de Paiva, Sátão e Aguiar da Beira) e Douro (Penedono, Moimenta da Beira e Sernancelhe).

Separados administrativamente, estes territórios partilham as fragilidades actuais dos territórios rurais, marcadas por um processo progressivo de despovoamento em que a rarefacção é acompanhada do envelhecimento das populações e é, ao mesmo tempo, causa e consequência da transformação e desestruturação de economias agro-silvo-pastoris, muitas vezes associadas a práticas de comunitarismo e a uma posse colectiva das terras (CUNHA, 2003).

Traçados os objectivos é necessária a prossecução de uma metodologia capaz de lhes dar cumprimento. Numa primeira fase, o trabalho de investigação bibliográfica foi primordial, uma vez que só desta forma poderemos traçar objectivamente os principais aspectos do território, não só relativamente à evolução e caracterização do meio físico, mas também à própria estrutura demográfica.

Diagnosticados os principais aspectos geográficos do meio surge o trabalho de campo, uma das tarefas mais importantes de um trabalho com estas características. Procedeu-se, assim, à inventariação e localização dos principais elementos patrimoniais, disseminados pelo espaço, agrupando-os em três categorias básicas: Património Natural, Património Construído e Património Cultural.

A partir da georeferenciação destes elementos e do respectivo registo fotográfico, foram elaborados, em ambiente *ArcGis 9.2*, cartogramas patrimoniais temáticos com fins turísticos para a totalidade dos concelhos das *Terras do Demo*, uma vez que estes não podem ser confinados às divisões administrativas devido, por um lado, ao carácter polissémico do conceito de património e, por outro, à sua dispersão geográfica na área delimitada por Aquilino Ribeiro. Só apostando em estratégias integradas de desenvolvimento se poderão obter resultados profícuos na valorização patrimonial, uma vez que os elementos, quando interpretados isoladamente, não têm o mesmo poder atractivo no que à actividade turística diz respeito.

3. TERRAS DO DEMO – TERRITÓRIO E POPULAÇÃO

O Norte da Beira, no qual se enquadra a nossa área, situa-se no Maciço Hespérico e é constituído por três domínios geomorfológicos principais: a Superfície da Meseta, os Planaltos Centrais, área que corresponde grosso modo às *Terras do Demo*, e as Montanhas Ocidentais, (Figura 2).

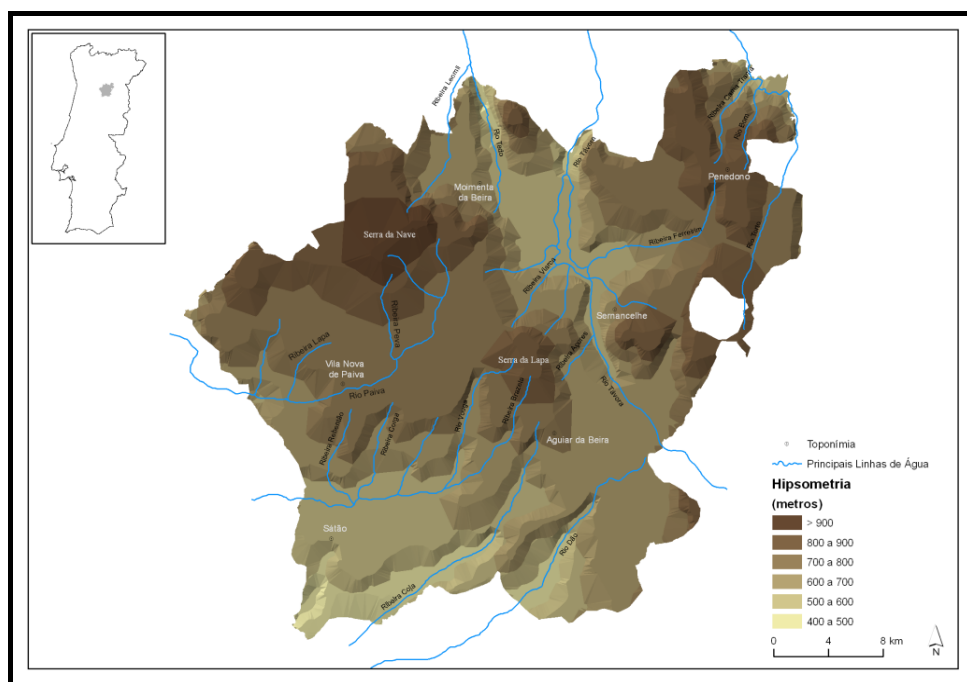


Figura 2 - Esboço de Localização das *Terras do Demo*

A primeira é uma superfície de aplanamento bem conservada, que atinge uma rigidez notável para oriente do Rio Côa. Nos Planaltos Centrais, o traço fundamental do relevo é a presença de interflúvios aplanados, mas, se exceptuarmos o sector Sudoeste da Plataforma do Mondego e o Alto Paiva, a topografia é, no seu conjunto, bastante movimentada, com níveis de aplanamento por vezes exíguos e com altitudes diversas. As Montanhas Ocidentais são separadas dos Planaltos por degraus tectónicos de direcção NNE-SSW. São constituídas pelas serras de Montemuro, o Maciço da Gralheira e a Serra do Caramulo onde os níveis de aplanamento ocupam na maior parte dos casos espaços muito restritos, ou desapareceram quase por completo devido a uma vigorosa dissecção (FERREIRA, 1978).

A paisagem constitui um sistema complexo e dinâmico onde os diferentes factores naturais e culturais se influenciam e evoluem, em conjunto, ao longo do tempo, determinando e sendo determinados pela estrutura global (FORMAN e GRODON, 1986 citado por D'ABREU *et al.* 2004). A compreensão da paisagem implica, o conhecimento de inúmeros factores como a litologia, o relevo, a hidrografia, o clima, os solos, a flora e a fauna, a estrutura ecológica, o uso do solo e todas as outras expressões da actividade humana ao longo do tempo, bem como a análise da sua articulação, o que resulta numa realidade multifacetada.

No contexto do território europeu, a paisagem caracteriza-se pelo seu aspecto cultural, expressão dos diversos recursos naturais existentes, mas também da acção humana sobre esses mesmos recursos (D' ABREU, *et al.* 2004). A paisagem portuguesa apresenta uma forte diversidade, marcada por um conjunto de factores, naturais e culturais que em conjunto incutem no território um mosaico paisagístico relevante (*Idem*), do qual se salientam e particularizam determinados aspectos únicos apenas identificáveis a uma escala local ou regional.

Na presente área de estudo podemos destacar duas unidades de paisagem distintas, uma associada ao Alto Paiva e Alto Vouga, outra às Serras da Lapa e Leomil (*Idem*).

A primeira, associada ao Alto Paiva e ao Alto Vouga, caracteriza-se predominantemente por uma sucessão de longas encostas, de declive moderado a acentuado em vales fundos e por vezes encaixados. As encostas mais ou menos inclinadas encontram-se maioritariamente ocupadas por matas viçosas, predominando o pinheiro bravo e o eucalipto. Mais perto das povoações, ou onde os vales são mais largos e /ou o declive é menor, a agricultura sobre as vertentes, por vezes através da construção de socalcos é uma marca característica (Figura 3.)



Figura 3 - Vista da Aldeia de Touro

Estes socalcos ainda hoje se encontram cultivados e mantêm-se com usos agrícolas intensivos e variados: cereais, pastagens, milho, alguma vinha e árvores de fruto, por exemplo pomares de maçã de Bravo Esmolfe e os Castanheiros da Lapa, classificados como de qualidade pelo Ministério da Agricultura (*Ibidem*, p. 51). Por vezes ao longo

dos vales ou nas encostas, destacam-se inesperados afloramentos rochosos, normalmente grandes blocos graníticos (Figura 4).



Figura 4 – Vale do Rio Távora

A segunda correspondente às serras da Lapa (955 metros) e Leomil (1009 metros), os traços predominantes em termos da paisagem prendem-se com características serranas relativamente atenuadas. As serras da Lapa e Leomil constituem maciços com altitudes significativas contudo com formas pouco vigorosas, geralmente arredondados típicos dos relevos graníticos antigos.

A paisagem encontra-se salpicada por pequenas povoações de aspecto humilde ou mesmo pobre, a partir das quais ainda se verifica um tradicional pastoreio de cabras e ovelhas. Tratam-se essencialmente de paisagens que evidenciam uma forte ruralidade determinada pela sua situação periférica e de interioridade, condicionada fortemente pelas dificuldades de acesso, com particular relevância nas aldeias. Relacionado com este factor encontramos situações generalizadas de fraco dinamismo económico, relacionado com as baixas densidades populacionais verificadas.

A população transforma-se, pela sua ausência e pelas suas características, num elemento de fragilidade do território. Importa, por isso, conhecer as suas dinâmicas e entender quais os traços actuais de transformação demográfica e socio-económica no contexto regional e local, sobretudo na interpretação das assimetrias espaciais que caracterizam o modelo actual de ocupação destes territórios.

Seguindo a tendência do interior do país, os concelhos em análise têm sofrido um decréscimo populacional gradativo ao longo das últimas décadas. Esta perda populacional resulta fortemente de surtos migratórios. Numa primeira fase até à década de cinquenta do século XX, fluxos intercontinentais para países como o Brasil e os Estados Unidos, numa segunda fase a partir da década de sessenta para a Europa em que países como Suíça, a França e o Luxemburgo se destacam. Paralelamente a estes fluxos externos, o êxodo rural marca fortemente os movimentos migratórios destes territórios. Podemos ver a materialização destes comportamentos migratórios na paisagem não só no que ao despovoamento diz respeito mas também no que se refere às próprias construções de habitação, que mais não são do que o reflexo da arquitectura dos países de acolhimento, provocando uma descaracterização das paisagens aquilínianas (Figura 5).



Figura 5 – Casas de Granito, Ariz

No último período intercensitário (1991-2001), comparativamente com a média nacional em que houve um crescimento de 5,3% de população total, as sub-regiões consideradas não contribuem para esta realidade. Neste período a sub-região do Douro teve um decréscimo populacional de -7,1% e Dão-Lafões viu a sua população crescer cerca de 1,4 %. Como podemos comprovar, a NUT III do Douro tem sofrido uma perda de população significativa, o que tem reflexos consideráveis ao nível dos concelhos que

a integram, com maior incidência nos concelhos rurais como os estudados no presente trabalho (Quadro I).

Quadro I – População Residente 1991/2001

	1991	2001	Variação 1991-2001
Unidade Geográfica	Total (Número)	Total (Número)	Total (Porcentagem)
Continente	9375926	9869343	5.3
Douro	238695	221853	-7.1
Moimenta da Beira	12317	11074	-10.1
Penedono	3731	3445	-7.7
Sernancelhe	7020	6227	-11.3
Dão-Lafões	282462	286313	1.4
Aguiar da Beira	6725	6247	-7.1
Sátão	13342	13144	-1.5
Vila Nova de Paiva	6088	6141	0.9

Fonte – Recenseamento Geral da População 1991 e 2001, INE

Ao analisarmos os valores relativos aos totais de população para 2001, verificamos que os concelhos com maiores quantitativos populacionais absolutos são os concelhos de Sátão (13144 habitantes) e Moimenta da Beira (11074 habitantes), sendo que Penedono é o concelho com os valores de população mais reduzidos (3445 habitantes), e cujas perdas populacionais são mais acentuadas para o período temporal considerado.

No entanto, a partir dos resultados relativos aos totais de população residente para os concelhos em análise constatamos valores muito reduzidos de população residente, comparando com os restantes concelhos das respectivas sub-regiões: Moimenta da Beira, Penedono e Sernancelhe, quando comparado com os valores relativos à Sub-região do Douro, na qual se enquadram para fins estatísticos, contribuem apenas com o total de 9%, para o valor total de população da sub-região em questão. Vila Nova de Paiva, Sátão e Aguiar da Beira representam, em conjunto, sensivelmente 8% do total de população residente em 2001 da sub-região da qual fazem parte, ou seja Dão-Lafões.

Concluimos então, tratem-se de concelhos com baixos quantitativos populacionais e em franco processo de regressão, se atendermos à comparação dos dados relativos ao Recenseamento Geral da População de 1991 (Figura 6).

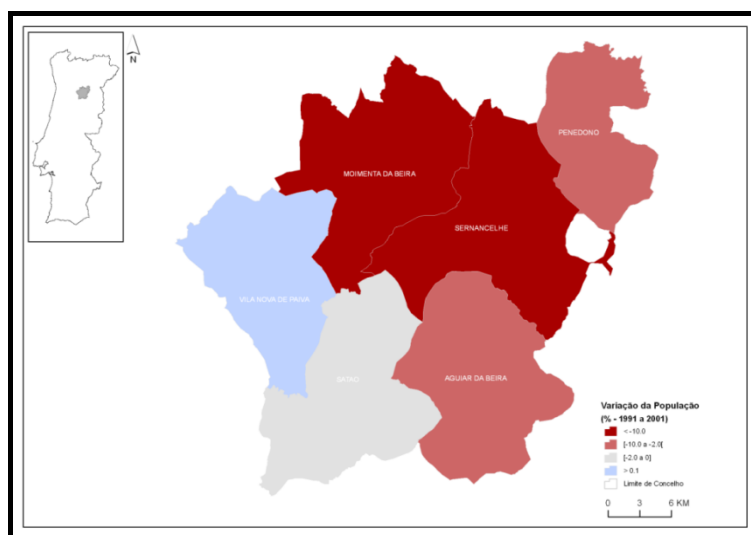


Figura 6 – Variação da População 1991/2001

Fonte – Recenseamento Geral da População 1991/2001, INE

Assim, ao analisarmos a variação da população residente no período intercensitário confirmamos esta realidade, uma vez que todos os concelhos perderam população à excepção de Vila Nova de Paiva cujo crescimento foi positivo (0,9%). Os concelhos com maiores perdas populacionais no mesmo período de tempo são Sernancelhe com -11,3% e Moimenta da Beira com -10,1%.

Este decréscimo populacional pode ser analisado sob duas perspectivas por um lado saída de população através de movimentos migratórios, internos e externos; e por outro lado, a diminuição da população justificada pela elevada taxa de mortalidade, fruto do envelhecimento populacional acelerado, e a diminuição da taxa de natalidade directamente relacionada com a diminuição da população.

Esta população caracteriza-se pelos seus elevados índices de envelhecimento e pelas elevadas taxas de analfabetismo, factor que condiciona a própria estrutura económica destes territórios vincadamente agrícola e tradicionalmente rudimentar e policultural.

Esta actividade, assim como todos os processos inerentes ao cultivo das terras são um dos traços mais característicos destas populações e que particularizam os seus modos de vida perante os demais, conforme teremos oportunidade de verificar e que entre outros aspectos se caracterizam ainda pelo seu carácter rudimentar (Figuras 7 e 8).



Figura 7 – Agricultura Tradicional, Penedono



Figura 8 – Agricultura Tradicional, Vila Cova à Coelheira

Por outro lado, a crescente terciarização económica também tem vindo a reflectir-se nestes espaços. O sector primário tem vindo a decrescer progressivamente desde a década de 80, com uma descida mais acentuada na década de 90, em todos os concelhos considerados. Paralelamente à agricultura, a silvicultura e a pecuária eram os sectores

que detinham uma maior percentagem de mão-de-obra activa. O território abundante em água de regadio, explica a capacidade de produção agrícola, nomeadamente no que diz respeito ao milho, batata, horticultura e centeio. No entanto, actualmente são poucos os agricultores cuja exploração agrícola se destina na sua totalidade para o comércio, (Figura 9).

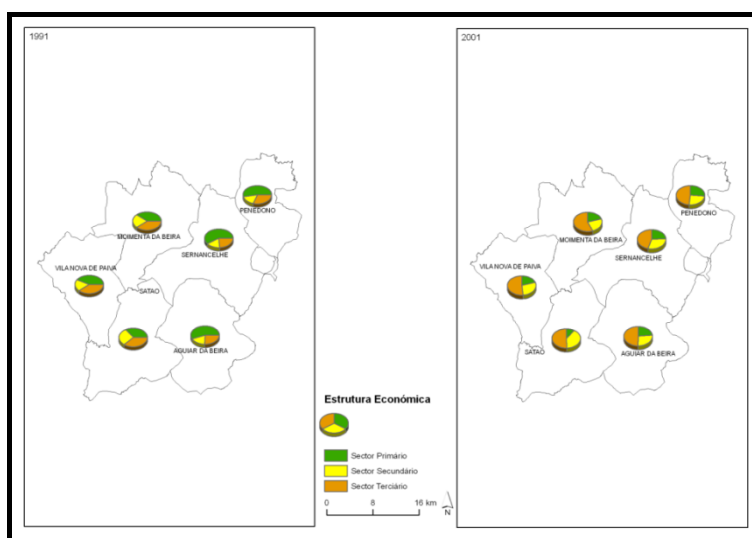


Figura 9– Estrutura Económica da População 1991/2001

Fonte – Recenseamento Geral da População 1991/2001, INE

Dos concelhos considerados, Moimenta da Beira é o que apresenta uma maior percentagem de população no sector terciário e, em contrapartida, o concelho de Penedono é aquele cuja percentagem de população ao serviço do sector primário é mais relevante dentro do contexto em análise. Contudo, é necessário tecer algumas considerações no que concerne a esta realidade que quando analisada à escala do concelho pode mascarar as assimetrias existentes, uma vez que em todos os concelhos apenas as freguesias correspondentes à sua sede assumam estes valores percentuais de população afectada ao sector terciário e secundário.

Segundo BAPTISTA (2001), podemos classificar os espaços rurais tendo em conta dois indicadores distintos, a densidade rural e a percentagem de população activa que trabalha na agricultura. Da aplicação destes dois critérios o autor apresentou quatro classificações possíveis de tipologias para estes territórios: - o rural de baixa densidade (densidade rural média de 13 habitantes/km², o rural urbano (densidade rural média de

165 habitantes/km²), o rural agrícola e o rural da indústria e dos serviços, ambos com uma densidade média de cerca de 60 habitantes/km². Segundo esta escala os concelhos analisados encontram-se classificados como rural agrícola ou rural da indústria e serviços, onde a agricultura assume um peso preponderante nas freguesias rurais, e os serviços nas sedes concelhias.

A população não deve ser encarada apenas como um factor de formação, transformação e conservação da paisagem, mas também como um dos elementos essenciais das paisagens culturais (agrícolas, industriais, rurais, urbanas e mistas). Assim se por um lado a paisagem urbana é marcada fortemente pela presença de população (no trabalho ou lazer) e, não só pelos elementos materiais que foram criados por ela, por outro, a paisagem dos espaços rurais profundos caracteriza-se pela importância decrescente ou mesmo pela ausência da população, o que pode dar origem à paisagem de despovoamento, onde sobressaem as terras incultas, as alfaías e os prédios agrícolas abandonados (NEJASMIC 1991, citado por ROCA, 2005).

Nas últimas décadas, a sustentabilidade das paisagens agrícolas portuguesas, está em risco: por um lado, nas áreas rurais mais próximas às cidades de grandes e médias dimensões, devido à expansão urbana difusa, o uso agrícola tem de competir cada vez mais com outros usos do solo; a própria actividade, para se tornar mais rentável, torna-se mais especializada; a população natural dessas áreas passa a dedicar a maior parte do seu tempo a actividades fora da agricultura ou mesmo abandona essa actividade. Estes factos combinados podem conduzir à descaracterização da paisagem rural. Por outro lado, nos vastos espaços rurais profundos (CAVACO, 1996), o despovoamento e/ou envelhecimento da população agrícola ou mesmo no abandono dos campos. Fica assim evidente que as dinâmicas populacionais têm um papel primordial na transformação das paisagens agrícolas. Nestes territórios a actividade agrícola é abandonada, há pouca ou nenhuma actividade alternativa à agricultura e assim a população mais jovem opta por partir para os centros urbanos nessas áreas ou litoral conforme já anteriormente referido.

Algumas medidas a tomar nestes territórios poderiam ter como objectivo estimular o desenvolvimento dos saberes tradicionais, incluindo o artesanato e a culinária, cuja sua fonte principal de transmissão são os agricultores mais idosos. Pode ser, assim, incentivada a produção de culturas tradicionais mediterrâneas de elevado valor comercial como a vinha, a oliveira e as plantas aromáticas/medicinais.

O que acontece frequentemente, e neste caso em concreto, é que dos campos agrícolas apenas subsistem os muros e as ruínas das casas que serviam de albergue às alfaias agrícolas ou à criação de gado (Figura 10).



Figura 10 – Terrenos incultos, Aguiar da Beira

3. Terras do Demo – Potencial endógeno no desenvolvimento do turismo cultural

Segundo SABATÉ (2004), a gestão inteligente dos recursos patrimoniais constitui em diversos territórios um dos factores chave para o seu desenvolvimento económico, porque atrai turismo, pode gerar ou diversificar actividades económicas e postos de trabalho, contribuindo para um reforço da auto-estima das populações locais.

Pese embora a maior parte dos planos de ordenamento do século XX tenham enfatizado a dinâmica populacional e o desenvolvimento industrial, hoje assistimos ao aparecimento de um novo paradigma: as propostas de ordenamento estão baseadas no binómio natureza e cultura como partes integrantes de um conceito único: o património, inserido no seu contexto físico ou seja no território.

Segundo NAVARRO, *et al.* (2002) um parque cultural é constituído por um território que contém elementos relevantes do património cultural, integrados numa delimitação física de valor paisagístico e ou ecológico singular, que é susceptível de gozar de

estratégias de promoção e protecção global no seu conjunto, com medidas especiais de protecção para os considerados elementos relevantes, catalogados no espaço.

Trata-se, segundo a autora, de um espaço singular em que se integram diferentes componentes do património material (histórico, artístico, arquitectónico, arqueológico, antropológico, paleontológico, etnológico, museístico, paisagístico, geológico, industrial, agrícola e artesanal) e do património imaterial (linguístico, gastronómico, tradições, festas, trajes e a acção cultural autóctone). Nestes espaços as medidas devem ser conduzidas no sentido da protecção, reabilitação e refuncionalização do património, da acção cultural, do desenvolvimento rural sustentável e do equilíbrio territorial.

Ao serem criados os parques culturais, segundo NAVARRO, 2002, existem quatro requisitos básicos que lhes são inerentes:

- Proteger, conservar e difundir o património natural e cultural;
- Fomentar a informação e difusão cultural e turística dos valores patrimoniais; que inclui a potencialização e desenvolvimento de actividades pedagógicas dirigidas a todo o tipo de público, assim como a divulgação dos resultados das investigações científicas realizadas;
- Contribuir para o ordenamento do território, corrigindo desequilíbrios socio-económicos e fomentar uma adequada distribuição dos usos do solo, compatível com o conceito do parque;
- Fomentar o desenvolvimento rural sustentável e a melhoria da qualidade de vida das áreas afectadas com especial atenção para os usos e costumes tradicionais.

É necessário e conveniente, do ponto de vista do desenvolvimento territorial, que os recursos patrimoniais se transformem num "produto" para o turismo cultural. A relação que existe entre património e turismo é dinâmica e passível de criar diversas oportunidades. O turismo, aqui encarado como turismo cultural e não apenas como turismo rural, uma vez que extrapola os princípios desta actividade em espaço rural. Aquilo que se pretende é evidenciar os aspectos tradicionais e culturais dos territórios mais do que a simples fruição do espaço por si mesmo.

A descoberta do património pelos meios rurais tanto pode consistir em descobrir algo que já existia, mas que tendo deixado de estar integrado nas práticas quotidianas é redescoberto para novas funções. Traduz-se, sobretudo, na valorização simbólica, em

que se pretende uma reavivação dos elementos e comportamentos esquecidos do passado e que já dinamizaram os territórios noutras quaisquer circunstâncias (PEIXOTO, 2002). Mais do que promover o turismo em espaço rural o objectivo passa pela promoção e divulgação da cultura dos lugares reflectida nos seus modos de vida e na sua materialização. Embora se promova a fruição do espaço importa também valorizá-lo pois só assim é alcançado verdadeiramente o objectivo do turismo cultural.

No fundo, valorizar a relação dos indivíduos com o espaço e das comunidades com o seu património, como elos de integração social, tendo em conta os seus discursos e linguagens, os diferentes códigos culturais, permitindo o seu reconhecimento e valorização (Declaração de Caracas, 1992). Esta valorização social do património conduziu a um crescente número de políticas cujo principal objectivo seria desenvolver um conjunto de acções no sentido de resgate e activação do património cultural, protagonizado pelos agentes locais e pelos próprios poderes institucionais.

No seguimento do que temos afirmado, as *Terras do Demo* apresentam-se disseminadas por pequenos nichos populacionais com uma clara perda de dinamismo populacional e socio-económico. A par desta perda assiste-se, igualmente, a um abandono dos modos de vida e consumos de espaço tradicionais, que caracterizam este território e que lhe incutem uma referência de identidade.

Desta forma, torna-se urgente inverter este cenário sob pena de, a curto prazo, assistirmos a processos de despovoamento irreversíveis com consequências ao nível da desertificação física do solo e da degradação daquilo que são as marcas que o Homem foi construindo no espaço e que revelam uma cultura de comportamento. Neste sentido, a valorização endógena e exógena é fundamental, como um princípio e não um fim em si mesmo, na tentativa de contrariar esta realidade cada vez mais próxima.

As transformações recentes do mundo rural, no caso concreto dos concelhos que integram as *Terras do Demo*, passaram pelo abandono das actividades tradicionais como a agricultura e aliada a si a perda de elementos de identidade e de construções características destes territórios, onde é necessário captar população ou visitantes, actividades económicas e mercados externos que possam absorver os produtos locais existentes.

A partir da análise realizada, existem recursos patrimoniais suficientes para a promoção da actividade turística e de rotas culturais que valorizem o espólio existente. Estas rotas

poderão funcionar, não apenas como parte integrante do desenvolvimento de um processo de actividade turística, mas também na própria preservação e recuperação dos elementos.

Para tal procedeu-se ao levantamento dos recursos patrimoniais existentes e à sua georeferenciação, para que fosse possível elaborar a sua representação cartográfica. Apenas serão cartografados alguns fenómenos passíveis de o serem, pois mais do que representar elementos materiais, o que importa valorizar e preservar são os modos de vida daquelas populações e estes não podem ser representados cartograficamente, de modo a transmitirem as suas reais potencialidades e os elementos que os identificam, caracterizam e distinguem dos demais territórios.

A diversidade e a riqueza indissociável ao conceito de património, torna muitas vezes difícil e inconsensual a sua tipificação, e por isso mesmo, podemos encontrar múltiplas metodologias que agrupam o património na sua essência. A metodologia escolhida, foi neste caso, a de Juan Ignacio Plaza Gutiérrez (Figura 11), o qual distribui os bens patrimoniais em três grandes categorias: o património natural, o património histórico artístico e o património cultural. Dentro do património natural o autor insere os elementos e os recursos ligados a linhas de água (rios, ribeiras, vales, lagos, lagoas, águas termais), as morfologias especiais como glaciares, a vegetação, a flora, e as manchas florestais, as zonas montanhosas, as paisagens singulares e os espaços protegidos. O património histórico-artístico encerra, por sua vez, os monumentos artísticos, os edifícios históricos, os museus, os lugares arqueológicos e arquitectura local tradicional. Finalmente, na categoria de património cultural, o autor propõe as paisagens eco-culturais, as produções artesanais locais, a gastronomia, a etnografia, as festas e as tradições folclóricas.

Património: Terras do Demo

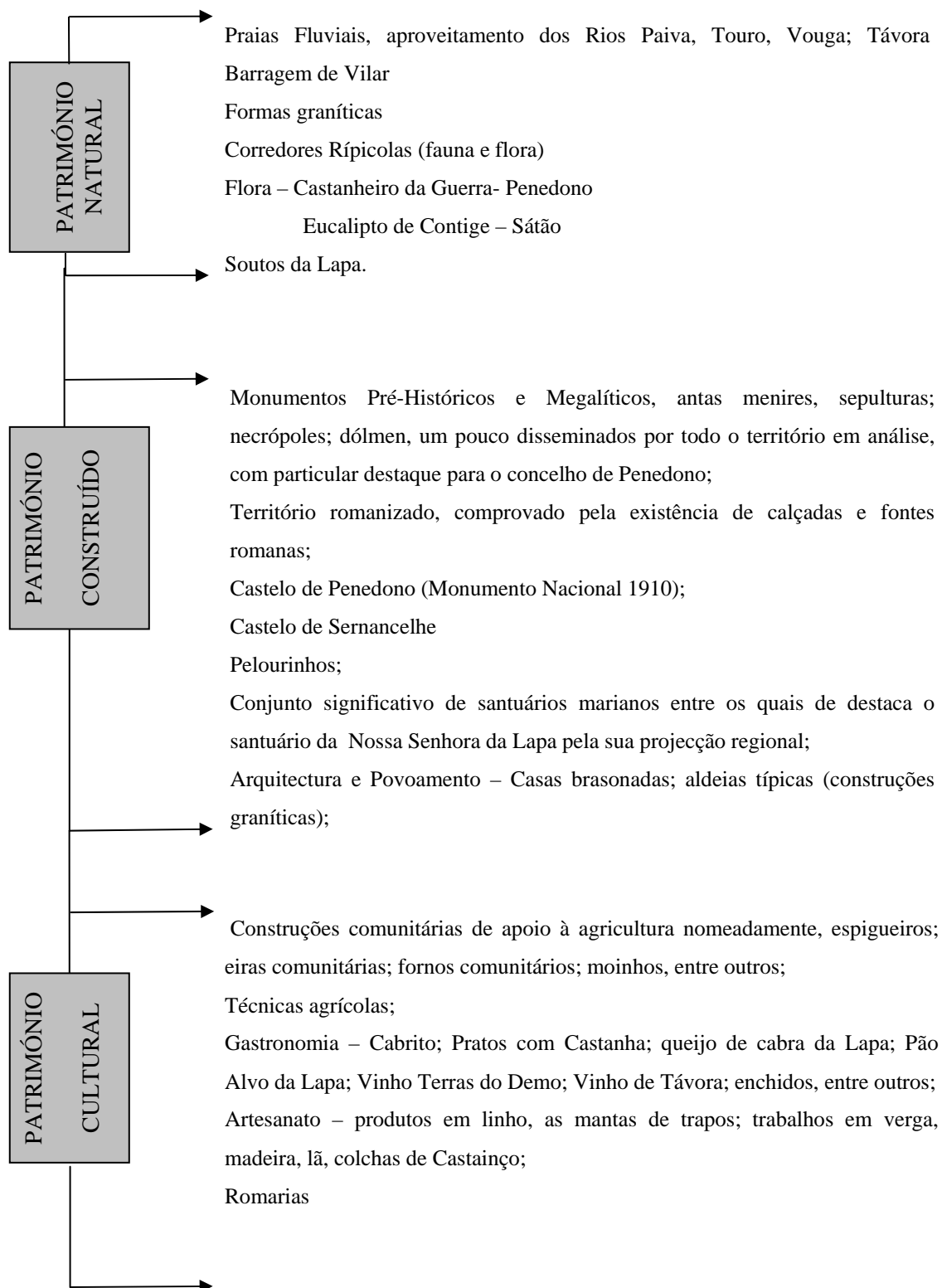


Figura 11– Classificação Patrimonial

Fonte: Adaptado de GUTIÉRREZ, 2006

Segundo o mesmo autor, mais do que fragmentar e tipificar os elementos patrimoniais em categorias, que apenas se tornam mais simples por uma questão de organização, podemos apresentar uma definição aglutinadora dos elementos patrimoniais ou seja, o conceito de património territorial. Considera-se um conceito mais amplo, geograficamente mais integrador e paralelamente capaz de fazer entender e interpretar conjuntamente o valor geográfico e territorial de uma mesma realidade. Representa nesta perspectiva a concepção de um território como autêntico e diferenciador e paralelamente elemento capaz de criar uma identidade social, cultural e geográfica a distintas escalas. Equivale a entender os territórios como uma imagem de marca específica que projectam e que os singulariza perante os demais; compreender que a construção do território se apoia em bases e recursos naturais e na actuação dos grupos humanos sobre o meio e o resultado da sua acção através dos elementos e recursos culturais, modelando-o; dando-lhe forma e estrutura, personalizando-o, identificando-o e diferenciando-o dos restantes.

O território cultural deve ter uma estrutura organizativa, capaz de liderar um processo de desenvolvimento sustentável, encarregue da gestão de uso do património em rede dedicada à aplicação de uma estratégia interpretativa desse território, cuja elaboração deve ser o aspecto metodológico central de qualquer projecto de valorização do património.

O conceito de território cultural pode ser especialmente atractivo numa proposta que pretenda difundir a ideia de marca de território em diferentes mercados (cultura, lazer, turismo, gastronomia), ao permitir otimizar o conjunto de serviços e produtos oferecidos pelo território, possibilitar uma maior competitividade dos agentes económicos ligados a estes mercados e priorizar o tipo de investimento a ser feito. Para que isso seja possível, devemos caminhar para um modelo de apresentação do território relacionado com uma ideia integral de paisagem e que em relação a si próprio, conte com os seus testemunhos originais (tangíveis ou intangíveis), que utilize as construções existentes, isto é, lugares da memória.

A valorização, preservação e divulgação do património torna-se assim um investimento inteligente para o desenvolvimento local dos lugares e das comunidades. Não podemos deixar aqui de apontar que este desenvolvimento necessita de ser pontuado pela sustentabilidade para não se extinguir, pois quando falamos em património vivo,

preservado através das vivências quotidianas, nunca o podemos separar da consciência responsável e da participação activa das comunidades, sob pena de transformarmos os territórios em museus convencionais que, devido às características dos elementos, são vazios de conteúdo e de significado.

Depois de analisados os elementos patrimoniais existentes pelos diferentes grupos concluímos que não existe um padrão na sua distribuição (Figura 12). Eles encontram-se dispersos pelo território considerado, *Terras do Demo*, cujas características geográficas, sociais e económicas são semelhantes, assim como os seus problemas, pressuposto elementar para a implementação de um parque cultural.

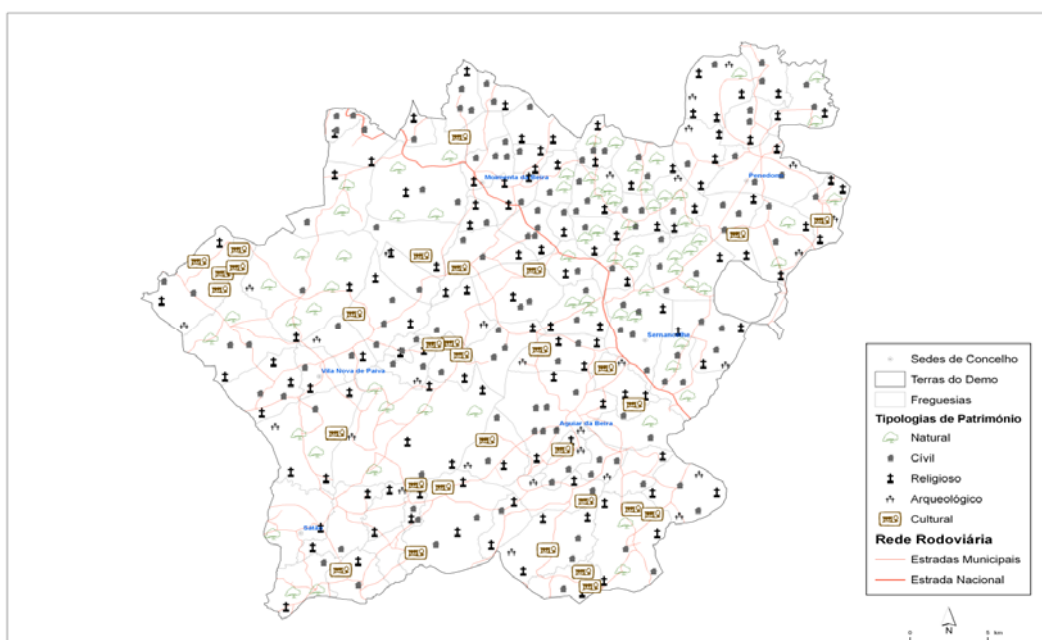


Figura 12– Elementos Patrimoniais

A partir destes elementos será possível apostar em roteiros temáticos de acordo com os elementos existentes ou então roteiros que contemplem as diferentes categorias patrimoniais. Podemos apresentar um dos muitos exemplos de roteiros (Figura 13) possíveis de ser implementados nestes espaços

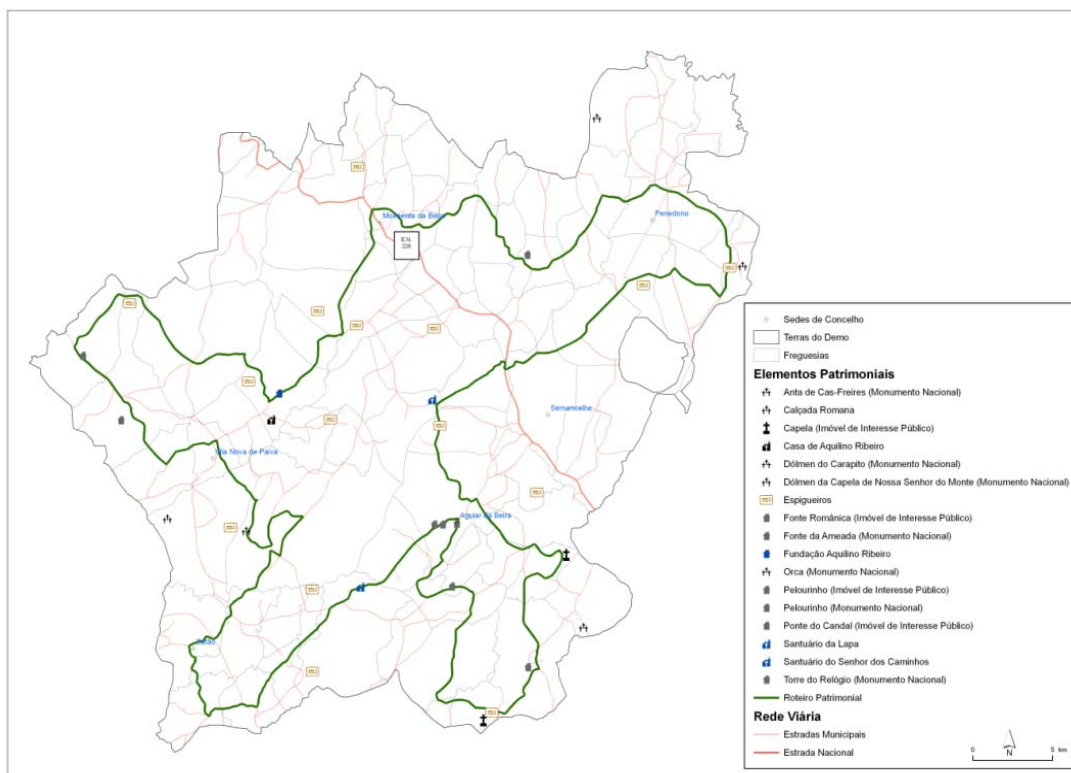


Figura 13 – Roteiro Patrimonial

Este roteiro pretende apenas apresentar a viabilidade deste tipo de estratégias assumindo os elementos identitários dos territórios em questão. Com anteriormente afirmamos, iniciativas desta natureza só poderão dar resultados favoráveis caso exista uma unificação territorial em prol do mesmo objectivo: o desenvolvimento integrado.

Os roteiros temáticos a implementar no território devem ser entendidos como: um circuito marcado por sítios e etapas relacionadas com um tema unificador, neste caso *Terras do Demo*, por exemplo. Este tema deverá ser representativo de uma identidade regional própria, para favorecer um sentimento de pertença, de reconhecimento ancorado na memória colectiva. O conjunto organizado formado pelos sítios e etapas tem um valor emblemático e simbólico para a população local e, para o conjunto de pessoas externas, denominadas visitantes. O tema designado pode dar-se a conhecer em torno de diferentes valores culturais: vínculo histórico, o vínculo etnográfico, o vínculo social, uma corrente artística, uma identidade geográfica, uma identidade arquitectónica, as actividades tradicionais, as actividades e as produções artísticas.

Só a partir de um estudo integrado deste território numa perspectiva multidisciplinar se poderão encontrar estratégias viáveis, conducentes à valorização e à manutenção de muitas actividades agro-pastoris; à valorização de um vasto espólio patrimonial construído; dos modos de vida marcadamente rurais factores que de alguma forma poderiam contribuir para a dinamização destes territórios.

Contudo, a montante da sua elaboração deverá estar presente um plano de interpretação patrimonial, sob pena de alterarmos completamente o significado do espaço e consequentemente promovermos a perda de identidade e unicidade do mesmo.

A interpretação define-se como a arte de dar a conhecer, tornar acessível e explicar o sentido e o significado das coisas (CARRIER, 1995). Dentro do património podemos identificar diversos níveis de interpretação, nomeadamente a interpretação aplicada a um território específico, que mais não é do que a resposta a uma procura social do uso do património e a necessidade de cada território se posicionar num patamar superior face aos demais territórios. Desta forma, podemos entender a interpretação como um instrumento de planificação dentro das estratégias de desenvolvimento territorial (MIRÓ, 2005), nomeadamente o turismo.

3. ASPECTOS FINAIS

Toda e qualquer intervenção patrimonial deve ser desenvolvida a uma escala local, promovendo a participação activa de todos os agentes, uma vez que para se alcançar o verdadeiro desenvolvimento torna-se necessário uma participação articulada e descentralizada, muito mais ampla que a mera representação patrimonial.

Torna-se condição primordial a realização de estudos de impacte e viabilidade que permitam sustentar a relação directa entre património e desenvolvimento, tendo sempre em atenção as reais necessidades das populações autóctones e sem sobrecarregar o espaço, tentando desta forma, definir e tornar exequíveis determinados objectivos que tendem ao desenvolvimento local.

Na conjuntura actual, a distinção do rural não pode ter por base apenas o desenvolvimento de potencialidades, hoje valorizadas e recriadas no imaginário urbano, que tendem a reduzi-lo a uma definição de depositário de tradições, culturas e modos de

vida, mas sim investir nessa autenticidade rural mediante apoios e incentivos ao aproveitamento de recursos naturais e existentes e potencialidades produtivas (LOURENÇO, 2002)

É consensual que os territórios possuem identidades relacionadas com atributos patrimoniais, tecnológicos, relacionais sociais e simbólicos que constituem a base dos processos de construção de uma imagem de marca dos territórios específicos através da sua dimensão funcional e simbólica. A gestão e a promoção do território constituem desde sempre um dos principais focos da organização social e política essencialmente pela sua influência no *modus vivendi* e pelo seu impacto no desenvolvimento económico.

Os exemplos apresentados ao longo deste trabalho, são apenas alguns dos muitos que podemos encontrar. Mais do que a valorização de *per si*, aqui trata-se da valorização de modos de vida seculares que tendem progressivamente a perder-se uma vez que como já tivemos oportunidade de apresentar e destacar, a população que se dedica a esta actividade é cada vez mais envelhecida e a população jovem que existe acaba por sair o que resulta, em marcas de abandono significativas que mitigam a paisagem e a transformam por completo em vestígios daquilo que outrora foram. O que torna estes locais diferentes de muitos outros são as suas características rurais e o facto de haver um certo sentimento de repulsa face à mudança. Os ritmos de vida são os ritmos das estações do ano e do próprio cultivo da Terra. Qualquer intervenção patrimonial a implantar deve ser desenvolvida a uma escala local, promovendo a participação activa de todos os agentes, uma vez que para se alcançar o verdadeiro desenvolvimento torna-se necessário uma participação articulada e descentralizada, muito mais ampla que a mera representação patrimonial.

Apresenta-se urgente inverter este cenário sob pena de, a curto prazo, assistirmos a processos de despovoamento irreversíveis, com consequências ao nível da desertificação física do solo. O Património deve ser entendido como um legado intrínseco dos povos e das gentes que lhes adstringem valor. Desta forma, a “Patrimonização” das marcas sociais no espaço deve tentar contrariar esta realidade, cada vez mais próxima, (Figura 14).

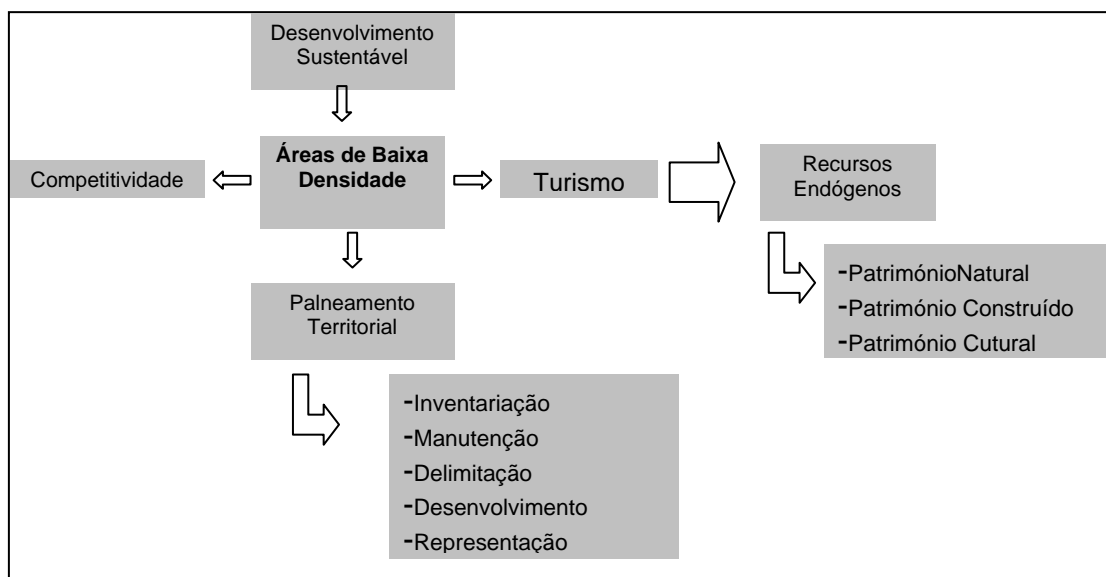


Figura 14– Síntese

O desenvolvimento sustentável destes territórios poderá passar por uma valorização do seu potencial endógeno, uma promoção das suas potencialidades turísticas, afirmando-os e promovendo a sua competitividade, social e económica. É a partir das particularidades que cada vez mais os territórios rurais, no caso as *Terras do Demo* se poderão afirmar, as mesmas que Aquilino Ribeiro retratou como ninguém.

Referências Bibliográfica

ANICO, Marta (1998). “Após Modernização da Cultura: Património Museus na Contemporaneidade” in *Horizontes Antropológicos*, Nº 23, Portalegre.

BAPTISTA, F. Oliveira (2001) – “O Rural depois do Agrícola”. **Desenvolvimento e território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer**. C.E.G., Lisboa.

BOYD, P. (2006) – **Cultural Heritage**, Continuum, London.

CAVACO, Carminda (1996) - **Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local**, Programa das Artes e Ofícios Tradicionais, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, Lisboa.

CARRIER, H. (1995) - **Heritage Interpretation**, Belhaven, London.

CIDRAIS, Álvaro (1998) – **O Marketing Territorial Aplicado às Cidades Médias Portuguesas: os casos de Évora e Portalegre**, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa (Tese de Mestrado).

CUNHA, Lúcio (2003) – “A montanha do centro português: espaço de refúgio, território marginal e recurso para o desenvolvimento local”. **Território, Ambiente e Trajectórias de Desenvolvimento IV**. (CAETANO, Lucília – coord.), C.E.G., F.L.U.C., Coimbra.

CUNHA, Lúcio (2006) – “Algumas Reflexões acerca da Sustentabilidade do Turismo na Região do Centro de Portugal”. **O Interior Raiano do Centro de Portugal: outras fronteiras, novos intercâmbios, Iberografias, 8**. C:E.I., Guarda.

D’ABREU, A. Cancela; CORREIA, Teresa Pinto e OLIVEIRA, Rosário (2004) – **Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental**, Volume III. Colecção Estudos 10, D.G.O.T.D.U., Universidade de Évora.

FERREIRA, A. de Brum (1978) – **Planaltos e Montanhas do Norte da Beira. Estudo de Geomorfologia**. Memórias do Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.

LOURENÇO, Filipa Maria Domingues (2002) - . “Agricultura e Ruralidade – Algumas Reflexões sobre Desenvolvimento Rural” Actas **1º Congresso de Estudos Rurais – ‘Mundo’ Rural e Património**, Vila Real.

MEDEIROS, Carlos Alberto (Dir.) (2005) – **Geografia de Portugal, O Ambiente Físico**. Círculo de Leitores. Indústria Gráfica, Lda., Rio de Mouro

MIRÓ, M. e PADRÓ, J. (2001). - “La planificación del patrimonio i del turismo cultural.”, **Theoria**, Barcelona.

MIRÓ ALAIX, M. (2005).- “Interpretación, identidad y territorio. Una reflexión sobre el uso social del Patrimonio”. **PH Boletín**, Barcelona.

NAVARRO, M^a Luz Hernández e ABAD, Helena Giné (2002) – **Los parques Culturales de Aragón: un exemplo pionero en la protección y gestión turística de espacios culturales e naturales**, Universidade de Almeria, Espanha.

PEIXOTO, Paulo (2004) - “O desaparecimento do Mundo Rural” *in* VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais – **A Questão Social no Novo Milénio**. Coimbra.

ROCA, Zoran (2005) –“(Re/De)Generation of Territorial Identity”. CEGED, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

SABATÉ, Joaquin (2004) - **Patrimonio y Proyecto Territorial, Colonias, Séquia de Manresa y Delta del Llobregat**, Disputació de Barcelona.

OUTRAS FONTES

INE (Instituto Nacional de Estatística) – **XIII Recenseamento Geral da População**, 1991, Lisboa.

INE (Instituto Nacional de Estatística) – **XIV Recenseamento Geral da População**, 2001, Lisboa.